

O PCP está com os trabalhadores do sector Portuário e Marítimo

O Governo PS/Sócrates tem desenvolvido uma política de alienação de alavancas estratégicas da economia nacional, designadamente no sector portuário, entregando-o progressivamente ao grande capital.

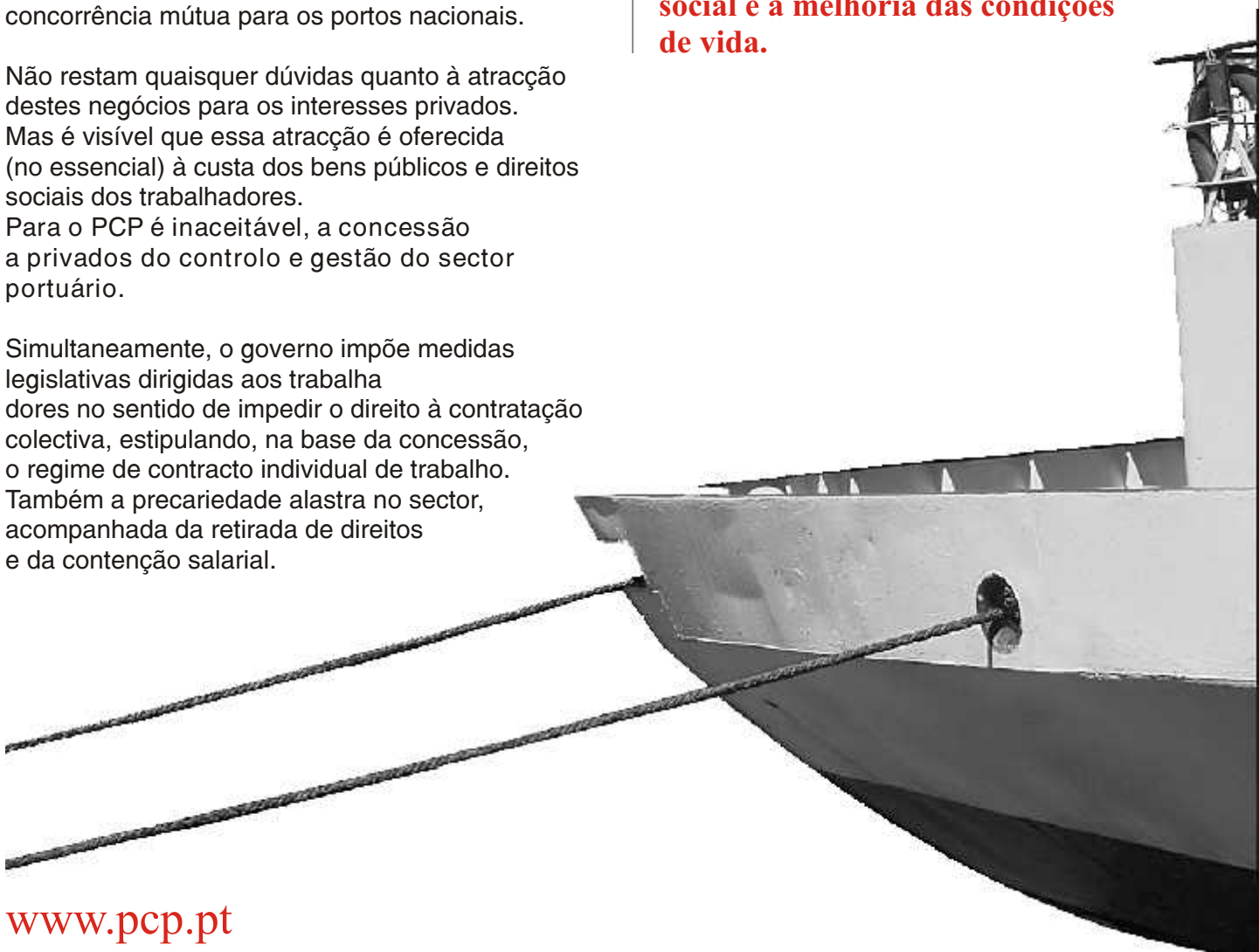
Ao invés de apontar uma visão estratégica, integrada e articulada para todo o sector marítimo e portuário nacional, o governo prossegue uma política de segmentação, descoordenação e concorrência mútua para os portos nacionais.

Não restam quaisquer dúvidas quanto à atracção destes negócios para os interesses privados. Mas é visível que essa atracção é oferecida (no essencial) à custa dos bens públicos e direitos sociais dos trabalhadores.

Para o PCP é inaceitável, a concessão a privados do controlo e gestão do sector portuário.

Simultaneamente, o governo impõe medidas legislativas dirigidas aos trabalhadores no sentido de impedir o direito à contratação colectiva, estipulando, na base da concessão, o regime de contrato individual de trabalho. Também a precariedade alastra no sector, acompanhada da retirada de direitos e da contenção salarial.

Para o PCP, a política que o país necessita não deve ser de anúncios de “excelência” mais ou menos demagógicos como o Governo tem feito, mas antes, de medidas concretas que promovam a modernização e desenvolvimento do país, defendam os direitos dos trabalhadores a justiça social e a melhoria das condições de vida.



O PCP propõe ao país
e aos trabalhadores do sector
marítimo e portuário

10 medidas para um sector com futuro:

- Reforçar o papel do Estado na administração, gestão e investimento público nos terminais portuários nacionais.
- Reforço do sistema portuário nacional pela complementaridade entre os portos, dotando cada um deles de um maior número de valências e implementação do conceito de “Porto de Refúgio” para navios em situações de emergência.
- Criação de uma empresa pública de transporte marítimo, impulsionadora do armamento nacional e da construção naval portuguesa;

- Criação de uma empresa pública de dragagens para promover o desassoreamento das barras e portos portugueses.
- Construção de rebocadores salvadegos, aproveitando os estaleiros nacionais, nomeadamente os ENVC – Estaleiros Navais de Viana do Castelo;
- Criação de um Organismo Nacional de Segurança Marítima e Portuária, integrando as valências: Controlo de Tráfego Marítimo e Portuário (VTS); Pilotagem; Prevenção e Combate à Poluição; Busca, Salvamento e Socorros a Náufragos;
- Elaboração de um “Plano Integrado de Segurança no Mar e nos Portos Portugueses” coordenando e articulando meios civis e militares, navais e aéreos;
- Integrar os planos de estudos de oficiais, mestrança e marinagem da marinha mercante, de acordo com a Convenção STCW 78 com as emendas de 95, de modo a potenciar a formação instalada nas escolas ENIDH, EPMC e FORPESCAS;
- Agilizar os procedimentos de certificação profissional marítima pelo actual IPTM, permitindo a inserção de marítimos qualificados portugueses na Marinha Mercante Nacional e Estrangeira;
- Facilitar o acesso a terra dos marítimos nos portos de escala, dispensando vistos no respeito pela Convenção nº108 da OIT.

BASTA DE INJUSTIÇAS!

GREVE GERAL

30 de Maio 2007

MUDAR DE RUMO

O PCP apela a todos os trabalhadores do sector marítimo e portuário para que no dia 30 de Maio façam desse dia, dia de greve, juntando a sua voz a centenas de milhares de trabalhadores, dando expressão ao protesto e indignação contra a política do desemprego, de liquidação dos direitos, da precariedade, da destruição dos serviços públicos.

**Dia 30
faz greve!**

A política do Governo não pode deixar ninguém indiferente. Ao mesmo tempo que se exigem sacrifícios e dificuldades para quem trabalha, os grandes grupos económicos acumulam lucros gigantescos. A ofensiva contra os direitos dos trabalhadores deixou já um rasto de mais de 600 mil desempregados e mais de um milhão de trabalhadores precários, fechou escolas, maternidades e serviços de urgência. Este Governo prepara-se ainda para, através da flexigurança, liberalizar os despedimentos sem justa causa. É preciso dizer Basta!



Ficha para contacto

Se pretende aderir ou colaborar com o PCP preencha os seguintes dados os quais nos permitirão contactar consigo

NOME _____

MORADA _____

CÓDIGO POSTAL _____

TELEFONE _____ E-mail _____

Recorte e envie para:

Partido Comunista Português
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 • 1600-196 Lisboa

www.pcp.pt
e-mail: pcp@pcp.pt